

Título da comunicação: Assembleia Distrital de Lisboa: que fazer com estes arquivos?

Resumo:

Com a presente intervenção pretende-se, em primeiro lugar, explicar que Arquivo é este à guarda da Assembleia Distrital de Lisboa, através de uma breve sinopse histórica sobre a evolução da divisão distrital (de autarquia local a mera circunscrição administrativa) e das entidades que, ao longo de mais de um século, dela foram fazendo parte e cuja produção documental integra hoje o seu acervo.

Constituído por quatro Fundos distintos (Junta Geral do Distrito – 1914 a 1936, Junta de Província da Estremadura – 1936 a 1959, Junta Distrital de Lisboa – 1959 a 1976 e Assembleia Distrital de Lisboa – 1976 em diante), este Arquivo é composto por 1.434 livros e 3.152 caixas, além de documentação avulsa, distribuídos por cerca de 465 metros lineares de prateleiras, e contém, sobretudo, documentos contabilísticos e administrativos produzidos pelos Serviços (materno-infantis, saúde, assistência e habitação social, escola agrícola, biblioteca, museu etnográfico, fomento e obras públicas), atas dos órgãos colegiais, cadastros de pessoal e processos de construção de equipamentos públicos diversos (escolas, igrejas, fontanários, cemitérios, entre outros).

O segundo objetivo é tentar descrever, de forma sucinta, a controvérsia em torno de conceitos como descentralização, municipalismo ou regionalização, e de como certas reformas administrativas do país foram implementadas nos últimos 25 anos terminando numa espécie de “eutanasia institucional” das Assembleias Distritais que culminou, no caso de Lisboa, com património predial abandonado (ou até mesmo em ruínas) e bens culturais de grande valor histórico a degradar-se.

Não menos importante é tentar perceber, e a isso também nos propomos, as razões pelas quais se chega aos dias de hoje num impasse sobre os Serviços de Cultura da Assembleia Distrital de Lisboa (Arquivo, Biblioteca, Museu Etnográfico, Núcleo de Investigação e Setor Editorial) onde um jogo diversificado de interesses tripartidos pouco claros (pessoais, políticos e partidários) tem impedido qualquer solução.

Identificados os constrangimentos do passado e as indefinições do presente, há que tentar responder ao desafio do futuro: qual deve ser o destino destes Serviços e do seu património cultural?

Considerando que devemos entender qualquer caminho numa perspetiva integrada, incluindo todos os setores de atividade que os compõem, a pergunta curial não deixa de ser, contudo: QUE FAZER COM ESTES ARQUIVOS para que não se perca a memória dos acontecimentos que descrevem e se possa preservar a identidade histórica que encerram?

Nota biográfica:

Maria Ermelinda Toscano. Licenciada em Geografia e Planeamento Regional, com pós-graduação em Gestão Autárquica. Foi diretora dos Serviços de Cultura da Assembleia Distrital de Lisboa de 2004 a 2014, entidade onde exerce funções desde 1987 até ao presente.